

ADELICIO MACHADO DOS SANTOS

ESTUDIOS ECONÔMICOS II



2025

ADELICIO MACHADO DOS SANTOS

ESTUDOS ECONÔMICOS II

Editora Pascal

2025

Editor Chefe: Prof. Dr. Patrício Moreira de Araújo Filho

Edição e Diagramação: Eduardo Mendonça Pinheiro

Edição de Arte: Marcos Clyver dos Santos Oliveira

Bibliotecária: Rayssa Cristhália Viana da Silva – CRB-13/904

Revisão: Adelcio Machado Dos Santos

Conselho Editorial

Dr. Glauber Túlio Fonseca Coelho

Dr. Diogo Guagliardo Neves

Dr. Will Ribamar Mendes Almeida

Dr. Raimundo Luna Neres

Dr. Raimundo José Barbosa Brandão.

Dr^a Sandra Imaculada Moreira Neto

Dr. José Ribamar Santos Moraes Filho

Dr. Fabio Antonio da Silva Arruda

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S237e

Santos, Adelcio Machado dos

Estudos econômicos II / Adelcio Machado dos Santos — São Luís: Editora Pascal, 2025.

49 f. : il.:

Formato: PDF

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN: 978-65-6068-149-1

D.O.I.: 10.29327/5553034

1. Economia. 2. Análise sistêmica. 3. Estudo econômico 4. Fenômeno econômico.
I. Santos, Adelcio Machado dos. II. Título.

CDU: 330.1:005.1:001.8

Qualquer parte deste livro poderá ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros, desde que seja citado o autor.

Livro dedicado à
Profa. Dra. Rosana Claudio Silva Ogoshi

PREÂMBULO

Prof. Dr. Adelcio Machado dos Santos

Este volume não apenas complementa as análises iniciadas anteriormente, mas também propõe novas abordagens e reflexões sobre questões econômicas que permanecem no centro dos debates contemporâneos.

Em tempos de profundas transformações globais, em que os desafios econômicos se tornam mais complexos e interconectados, é fundamental que a pesquisa acadêmica continue a oferecer ferramentas para compreender as dinâmicas e os fenômenos que moldam o nosso presente e projetam o futuro.

A obra hospeda um conjunto de ensaios e artigos que exploram diferentes dimensões da teoria econômica, desde suas raízes clássicas até abordagens mais recentes que integram novas formas de pensar sobre mercado, políticas públicas e as dinâmicas das relações econômicas internacionais.

O objetivo principal aqui é ampliar a compreensão dos principais conceitos, teorias e modelos que sustentam a análise econômica moderna.

Ademais disso, busca-se integrar o debate sobre como as políticas econômicas influenciam as sociedades, tendo em vista as desigualdades estruturais que persistem em muitos países, além da crescente interdependência dos mercados globais.

Os textos reunidos nesta coletânea foram elaborados colimando a estudar os múltiplos aspectos da economia. Cada capítulo reflete a busca por uma compreensão mais profunda sobre o comportamento dos agentes econômicos, as instituições que moldam as economias nacionais e internacionais, e as crises que, por vezes, afetam todo o sistema.

A análise crítica das políticas econômicas adotadas nos últimos anos é um dos focos centrais deste livro, que pretende, ao mesmo tempo, ser uma reflexão teórica e uma proposta de soluções para os desafios atuais.

A obra se divide em seções que abordam abordagens diversas. A ideia de que a economia não deve ser estudada de forma isolada, mas sim como parte de um sistema mais amplo, permeia todas as discussões aqui apresentadas. Nesse sentido, a interdisciplinaridade é uma marca desta coletânea, que explora conexões entre a economia e áreas como a ciência política, a sociologia e a história.

Cada um dos artigos do livro é uma oportunidade para o leitor se aprofundar em uma vertente específica da teoria econômica, seja pela análise do comportamento de mercados financeiros, seja pela investigação das políticas públicas vol-

tadas para a redução das desigualdades sociais.

Outrossim, discute-se o papel da tecnologia e da inovação nos processos econômicos, trazendo à tona o debate sobre como as novas tecnologias impactam tanto os mercados de trabalho quanto a estrutura produtiva global.

Em um contexto de crescente globalização, em que as economias estão mais do que nunca interconectadas, a compreensão das dinâmicas econômicas se tornou um desafio ainda maior.

As crises econômicas de diferentes naturezas, sejam financeiras, fiscais ou até mesmo ambientais, exigem respostas mais ágeis e soluções mais criativas. Ao longo dos capítulos, busca-se compreender as causas desses fenômenos, bem como sugerir possíveis caminhos para a superação das crises e a construção de uma economia mais justa e sustentável.

Este livro não se propõe a ser um manual definitivo sobre teoria econômica, mas sim uma provocação intelectual.

Em última análise, o seu escopo consiste em estimular o pensamento crítico e a reflexão sobre questões fundamentais para o entendimento das economias modernas. Tenta-se criar um manancial de inspiração para aprofundar seus conhecimentos e questionamentos, além de uma base sólida para a construção de novas ideias e propostas.

Os textos foram selecionados para garantir uma rica diversidade de pontos de vista e enfoques, o que permite ao leitor uma experiência intelectual plural e estimulante. A cada novo capítulo, o livro nos convida a repensar as velhas certezas e a explorar novos horizontes do pensamento econômico.

Por fim, a produção de conhecimento científico exige dedicação, paciência e, muitas vezes, um compromisso com o rigor acadêmico. É por isso que a leitura e o estudo das questões econômicas devem ser, acima de tudo, um exercício contínuo de aprendizado e descoberta. Os desafios da economia contemporânea são imensos, mas também são fontes inesgotáveis de curiosidade e reflexão.

BIOGRAFIA DO AUTOR



O Prof, Dr. Adélcio Machado dos Santos, advogado e jornalista (MT/SC 4155), com militância em Jornalismo Cultural e Crítica de Arte. Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e, Pós-Doutor em Gestão do Conhecimento pela UFSC. O núcleo temático de estudo envolve as linhas de pesquisa: Desenvolvimento e Sociedade, Estudos Culturais e Interdisciplinaridade.

Ex-Reitor, coordenador, vogal da Comissão Própria de Avaliação (CPA), Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) e colegiados da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), na cidade de Concórdia, em Santa Catarina. Integrou os Conselhos Estaduais de Educação, e Cultura e Desportos em Santa Catarina. Atuou como assessor na Assembleia Constituinte de Santa Catarina, Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Tribunal de Contas de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação e Secretaria de Estado da Fazenda.

É avaliador científico de projetos, eventos, editoras e periódicos. Consultor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação (BASIs), Banco Nacional de Itens (BNI), Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina (CEE/SC) e Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

É vogal das seguintes instituições: Associação Nacional de Pesquisa de Pós-Graduação em Música (ANPPOM), Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas (ABRACE), Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPEDI), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ANCIB) e Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração (ANPAD).

Deu a lume a 59 livros, 165 capítulos de livros e 419 artigos científicos.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6663595207403860>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3916-972X>

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1.....	9
CELSO FURTADO E O PAPEL DA CULTURA NA ECONOMIA	
 CAPÍTULO 2.....	 22
O PAPEL DA CULTURA NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: ANÁLISE ABREVIADA	
 CAPÍTULO 3.....	 34
O PAPEL DO JORNALISMO ECONÔMICO NA SOCIEDADE GLOBALIZADA	

1

CELSO FURTADO E O PAPEL DA CULTURA NA ECONOMIA

CELSO FURTADO AND THE ROLE OF CULTURE IN THE ECONOMY



RESUMO

O objetivo de examinar o papel da cultura na economia a partir do pensamento de Celso Furtado, ressaltando sua relevância para o desenvolvimento econômico e social. Trata-se de uma abordagem qualitativa, de revisão bibliográfica nas obras de Celso Furtado e de autores sobre cultura e economia. Os resultados apresentam que estratégias de desenvolvimento econômico equitativas e sustentáveis reconhecem a cultura como elemento para uma sociedade justa e integrada. Furtado contribuiu para entendermos que as desigualdades econômicas e a formulação de estratégias colaboram na autonomia produtiva e cultural da América Latina. Países periféricos que invistam na valorização de suas indústrias culturais e promovam a uma economia criativa são geradores de riqueza a partir das tradições e da diversidade local. Conclui-se que o contributo do pensamento de Celso Furtado transcende o contexto latino-americano dialogando com questões globais, reforçando a necessidade de se repensar os modelos de desenvolvimento a partir da valorização da cultura.

Palavras-chave: Celso Furtado; Cultura e economia; Desenvolvimento econômico; Sistemas econômicos.

ABSTRACT

The aim of this study is to examine the role of culture in the economy based on the thinking of Celso Furtado, highlighting its relevance for economic and social development. This is a qualitative approach, involving a bibliographic review of the works of Celso Furtado and other authors on culture and economics. The results show that equitable and sustainable economic development strategies recognize culture as an element for a fair and integrated society. Furtado contributed to our understanding that economic inequalities and the formulation of strategies contribute to the productive and cultural autonomy of Latin America. Peripheral countries that invest in the valorization of their cultural industries and promote a creative economy are generators of wealth based on local traditions and diversity. The conclusion is that the contribution of Celso Furtado's thinking transcends the Latin American context, dialoguing with global issues, reinforcing the need to re-think development models based on the valorization of culture.

Keywords: Celso Furtado; Culture and economy; Economic development; Economic systems

1 INTRODUÇÃO

A relação entre cultura e economia é um tema central no pensamento de Celso Furtado, um dos mais influentes economistas brasileiros do século XX. Seu trabalho destaca como a cultura não é apenas um reflexo do desenvolvimento econômico, mas também um fator determinante para a estruturação e a dinâmica das economias nacionais.

No contexto latino-americano, marcado por desigualdades históricas e pelo impacto do colonialismo, Furtado argumenta que a cultura desempenha um papel essencial na formação da identidade econômica dos países, influenciando padrões de consumo, estruturas produtivas e estratégias de desenvolvimento (Wasques, 2021).

A compreensão dessa perspectiva é fundamental para analisar os desafios do crescimento econômico sustentável e a formulação de políticas públicas que valorizem a cultura como um motor do progresso social.

A problemática deste estudo reside na necessidade de compreender como a cultura, à luz da estrutura epistêmica de Furtado, torna-se um elemento ativo na economia, e não apenas um reflexo passivo das condições materiais. Em um mundo cada vez mais globalizado e dominado por indústrias culturais hegemônicas, como garantir que a cultura local seja preservada e, ao mesmo tempo, utilizada como uma força para o desenvolvimento econômico? Como as ideias de Furtado podem contribuir para uma reflexão sobre o papel da cultura na economia contemporânea?

A justificativa para este artigo fulcra-se na relevância de resgatar e aprofundar a análise sobre o pensamento de Celso Furtado, especialmente no que se refere à interdependência entre cultura e economia. Em um período no qual a economia criativa ganha destaque e a cultura se torna um elemento estratégico de competitividade, compreender as ideias de Furtado permite refletir sobre o desenvolvimento de políticas mais inclusivas e sustentáveis.

Ademais disso, discutir a cultura como fator econômico contribui para ampliar o debate sobre a dependência econômica, um dos temas centrais na obra do autor, e suas implicações para países periféricos.

Destarte, o artigo adota uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica de obras de Celso Furtado e de autores que discutem a relação entre cultura e economia. A metodologia inclui a análise crítica de textos fundamentais do autor, bem como de estudos contemporâneos que dialogam com sua visão, buscando estabelecer conexões entre a teoria de Furtado e os desafios do desen-

volvimento econômico atual.

Por conseguinte, o objetivo deste estudo consiste em examinar o papel da cultura na economia a partir do pensamento de Celso Furtado, ressaltando sua relevância para o desenvolvimento econômico e social.

Especificamente, busca-se analisar como Furtado concebe a cultura como um fator estruturante da economia, discutir suas implicações para países em desenvolvimento e refletir sobre a atualidade de suas ideias diante dos desafios da economia global.

Ao explorar essas questões, espera-se contribuir para uma compreensão mais ampla das interações entre cultura e desenvolvimento, oferecendo subsídios para novas abordagens na formulação de políticas públicas e estratégias de crescimento econômico baseadas na valorização cultural.

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

2.1 CULTURA E ECONOMIA: ENLACES EPISTEMOLÓGICOS

A relação entre cultura e economia tem sido objeto de investigação de diversas correntes do pensamento econômico ao longo da história. Desde os economistas clássicos até as abordagens contemporâneas sobre a economia criativa e o desenvolvimento sustentável, a cultura tem sido analisada sob diferentes perspectivas epistemológicas. Enquanto algumas teorias a consideram um elemento marginal, restrito às esferas simbólica e subjetiva, outras a posicionam como um fator estrutural que influencia padrões de produção, consumo e inovação.

A obra de Celso Furtado e de outros autores que abordam a interseção entre economia e cultura, este capítulo busca traçar uma contextualização histórica dessa relação, compreender como a cultura influenciou o pensamento econômico ao longo das décadas e discutir de que maneira os aspectos culturais moldam as estruturas econômicas e o desenvolvimento das sociedades.

Historicamente, a economia como campo de estudo emergiu a partir das reflexões sobre a riqueza das nações, sobretudo no século XVIII, com economistas clássicos como Adam Smith e David Ricardo. Para esses pensadores, a cultura não figurava como um elemento central na dinâmica econômica, sendo tratada de maneira secundária diante de fatores como divisão do trabalho, vantagens comparativas e acumulação de capital.

Para Smith (1981), o crescimento econômico estava vinculado à expansão dos mercados e ao progresso técnico. Já Ricardo (1817), analisava a distribuição da riqueza a partir da interação entre terra, trabalho e capital. Em ambos os casos, a

cultura não era um fator determinante na formulação de suas teorias.

A transição para o século XIX e o avanço das análises sobre industrialização trouxeram novas perspectivas. Karl Marx (1983), incorporou elementos culturais no seu estudo sobre a economia, ao considerar que a ideologia e as superestruturas culturais desempenham um papel na reprodução das relações de produção.

O materialismo histórico-dialético propõe que a cultura está subordinada às relações econômicas, funcionando como um instrumento de manutenção das estruturas de poder e exploração. Essa visão influenciou diversas abordagens críticas sobre o impacto da cultura na economia, especialmente no que se refere à alienação e à formação da consciência social.

No século XX, com o avanço do pensamento estruturalista e da economia do desenvolvimento, a cultura passou a ser analisada de forma mais profunda dentro da economia.

Celso Furtado (2008) foi um dos pioneiros ao integrar a cultura como um fator determinante na estruturação econômica das nações. Para Furtado, o subdesenvolvimento não consiste apenas em um fenômeno econômico, mas também é um reflexo de uma estrutura cultural moldada por processos históricos de dominação e dependência. Ele argumentava que os países latino-americanos herdaram um modelo econômico exógeno, no qual a cultura local foi sistematicamente marginalizada em favor de padrões importados de consumo e produção.

A visão de Furtado dialoga com as teorias da dependência, como as desenvolvidas por Cardoso e Faletto (1970), que destacam a influência das relações culturais na perpetuação do subdesenvolvimento.

Ao longo das décadas, diversas abordagens passaram a reconhecer o papel central da cultura na economia. A Escola de Frankfurt, com teóricos como Theodor Adorno e Max Horkheimer (1985), analisaram criticamente a indústria cultural e sua influência sobre o consumo e a alienação das massas. Eles argumentam que a cultura, ao ser mercantilizada, perdeu sua capacidade emancipatória e passou a reforçar estruturas de dominação econômica. Essa crítica se estende para estudos sobre a economia criativa, que reconhece o potencial econômico da cultura, mas também alerta para sua instrumentalização dentro do capitalismo tardio (Bourdieu, 1996).

Nos anos de 1990 e 2000, a ascensão da economia criativa trouxe uma nova abordagem sobre a interseção entre cultura e economia. Florida (2002), destaca que a criatividade e a inovação cultural são motores do crescimento econômico na era do conhecimento. Florida introduziu o conceito de “classe criativa”, defendendo que cidades e regiões que valorizam a diversidade cultural e o capital intelectual tendem a ser mais competitivas globalmente. Essa visão ressoa com as



políticas públicas contemporâneas que promovem a cultura como um ativo econômico estratégico, mas também levanta debates sobre a exclusão e a gentrificação cultural (Zukin, 1995).

Em face dessas reflexões, torna-se evidente que a cultura não pode ser tratada como um elemento marginal dentro da economia. A obra de Celso Furtado demonstra que a cultura, para além de influenciar os padrões econômicos, também define as possibilidades de desenvolvimento das sociedades. O desafio contemporâneo está em reconhecer esse papel sem reduzir a cultura a um mero recurso econômico. Desse modo, as políticas públicas voltadas à valorização da cultura devem considerar o seu potencial de geração de emprego e renda, bem como a sua função na construção da identidade nacional e no fortalecimento da coesão social.

Por conseguinte, ao analisar a cultura como um fator econômico, é necessário adotar uma abordagem multidimensional, que integre aspectos históricos, sociais e políticos. Conforme aborda Ricardo (1982), a economia da cultura não se restringe ao mercado de bens simbólicos, mas envolve dinâmicas estruturais que moldam o desenvolvimento das sociedades.

A partir das contribuições de Celso Furtado, Adorno, Bourdieu e outros teóricos, torna-se possível compreender como a cultura e a economia estão interligadas, influenciando-se mutuamente ao longo do tempo.

Esse entendimento é fundamental para repensar estratégias de desenvolvimento econômico mais equitativas e sustentáveis, que reconheçam a cultura não somente como um setor produtivo, mas como um elemento essencial para a construção de uma sociedade mais justa e integrada.

2.2 CELSO FURTADO E A SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O PENSAMENTO ECONÔMICO

Celso Monteiro Furtado (1920-2004), um dos mais destacados economistas brasileiros, cuja obra influenciou profundamente o pensamento econômico na América Latina. Nascido em Pombal, Paraíba, Furtado formou-se em Direito, em 1944, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (Cavalcanti, 2003).

Furtado serviu na Força Expedicionária Brasileira (FEB), durante a Segunda Guerra Mundial. No final da grande guerra, doutorou-se em Economia pela Universidade de Paris (Sorbonne) em 1948. Em 1949, integrou a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), onde colaborou com Raúl Prebisch no desenvolvimento de uma teoria estruturalista voltada para a industrialização da região (Cavalcanti, 2003).

De volta ao Brasil, em 1959, publicou o livro *Formação Econômica do Brasil*,

uma análise abrangente da história econômica brasileira, sendo nomeado diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Posteriormente, idealizou e dirigiu a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), visando promover o desenvolvimento regional (Cavalcanti, 2003).

Com o golpe militar de 1964, exilou-se e lecionou em instituições como *Yale* e *Sorbonne*. Retornou ao Brasil na década de 1980, atuando como embaixador junto à Comunidade Econômica Europeia e, posteriormente, como Ministro da Cultura no governo de José Sarney. Em 1997, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras (Cavalcanti, 2003).

Entre suas principais obras destacam-se: *Formação Econômica do Brasil* (1959), *A Economia Latino-Americana* (1976) e *O Capitalismo Global* (1998). Sua contribuição teórica centrou-se na análise do subdesenvolvimento e na proposição de estratégias para a superação das desigualdades estruturais na América Latina (Cavalcanti, 2003).

Furtado argumentava que o subdesenvolvimento não é uma etapa para o desenvolvimento, mas uma condição específica resultante da inserção periférica no sistema capitalista global. Ele enfatizava a necessidade de políticas industriais e tecnológicas que considerassem as particularidades históricas e culturais de cada nação (Cavalcanti, 2003).

Conforme argumenta Cavalcanti (2003), a visão estruturalista de Furtado propôs que o subdesenvolvimento é resultado de estruturas econômicas e sociais que perpetuam a dependência e a desigualdade. Ele criticava a teoria neoclássica por ignorar as especificidades dos países periféricos e defendia a intervenção estatal como fundamental para a promoção do desenvolvimento. Sua abordagem destacou a importância de compreender as estruturas produtivas e as relações de poder internacionais para formular políticas eficazes de desenvolvimento econômico.

Na visão de Furtado (1974), o subdesenvolvimento é um fenômeno que se perpetua em razão das desigualdades estruturais entre os países centrais e periféricos. Ele argumentava que as economias latino-americanas foram historicamente moldadas para atender às demandas das economias industrializadas. O resultado formou um modelo produtivo primário-exportador e dependente da tecnologia e do capital estrangeiro.

Esse padrão de desenvolvimento gerou uma estrutura produtiva dualista, na qual coexistem setores modernos e altamente produtivos, geralmente vinculados ao capital externo, e setores atrasados e de baixa produtividade, caracterizados pela informalidade e pela precarização do trabalho (Furtado, 2003).

A principal crítica de Furtado ao pensamento econômico neoclássico reside no fato de que esse paradigma ignora as especificidades históricas e estruturais



das economias periféricas. Ele argumentava que a simples adoção de políticas de livre mercado não seria suficiente para promover o desenvolvimento da América Latina, uma vez que o próprio funcionamento do sistema capitalista mundial reforça a dependência dos países subdesenvolvidos (Furtado, 1998).

Nesse sentido, Furtado (1998), destacava a importância de uma atuação mais ativa do Estado na promoção da industrialização e na correção das assimetrias estruturais.

Um dos aspectos centrais do estruturalismo de Furtado concede ênfase na necessidade de mudanças na estrutura produtiva para que haja um desenvolvimento autônomo e sustentável. Segundo Bielschowsky (2000), Furtado defendia que o subdesenvolvimento seria um problema de alocação de recursos e de padrões de consumo, uma vez que as elites econômicas nos países periféricos tendem a reproduzir padrões de consumo dos países desenvolvidos, ao invés de fomentar um crescimento baseado na ampliação do mercado interno. Essa dinâmica reforça a concentração de renda e dificulta o surgimento de um setor industrial nacional robusto.

A par disso, Furtado incorporou elementos da cultura ao debate econômico, destacando que o desenvolvimento não poderia ser reduzido a meros indicadores de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Para ele, o desenvolvimento deveria ser entendido como um processo de transformação estrutural que envolvesse não apenas a economia, mas também a sociedade e a cultura.

Em *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial* (1978), Furtado argumentava que a dependência econômica também se traduz em uma dependência cultural, na qual os padrões de produção e consumo dos países periféricos são ditados pelas nações centrais, limitando a capacidade de inovação e adaptação às realidades locais.

O pensamento estruturalista de Furtado influenciou significativamente a formulação de políticas públicas no Brasil e na América Latina, especialmente no que diz respeito à industrialização e à redução das desigualdades regionais.

A criação da SUDENE, por exemplo, foi um desdobramento direto de sua visão sobre a necessidade de planejamento estatal para enfrentar os desequilíbrios regionais (Singer, 1981).

Essa abordagem trouxe reflexos em debates contemporâneos sobre desenvolvimento sustentável e novos modelos de economia solidária, que buscam equilibrar crescimento econômico com inclusão social e preservação ambiental (Tavares, 1998).

A visão estruturalista de Celso Furtado rompeu com as abordagens ortodoxas do desenvolvimento ao demonstrar que o subdesenvolvimento não é um pro-

blema de ausência de capital e atraso tecnológico (Bielschowsky, 2000). Furtado entendia como uma manifestação da forma como as economias periféricas foram historicamente integradas ao capitalismo global

Destarte, as suas contribuições continuam sendo fundamentais para a compreensão das desigualdades econômicas e para a formulação de estratégias de desenvolvimento voltadas para a autonomia produtiva e cultural da América Latina.

2.3 CULTURA COMO FATOR ECONÔMICO À LUZ DO PENSAMENTO DE CELSO FURTADO

A cultura desempenha um papel central no pensamento econômico de Celso Furtado, sendo concebida como um elemento estruturante da economia, capaz de influenciar padrões produtivos, relações sociais e estratégias de desenvolvimento.

Diferentemente das abordagens tradicionais que veem a cultura como um reflexo das condições materiais. Furtado argumenta que a cultura é um componente ativo e determinante no processo econômico, influenciando o consumo e a produção, mas também a própria estruturação das economias nacionais (Furtado, 2008). Para ele, o desenvolvimento econômico não pode ser compreendido sem considerar a dimensão cultural, pois é através dela que as sociedades definem suas aspirações, sua identidade e suas formas de organização produtiva.

Para Furtado (1984), o conceito de cultura na economia está diretamente relacionado à noção de desenvolvimento como um processo histórico, no qual fatores endógenos desempenham um papel fundamental. A cultura não está restrita a um sistema de valores e símbolos, mas deve ser compreendida como um conjunto de práticas e saberes que orientam a organização econômica de uma sociedade.

Para ele, a dependência econômica da América Latina não se explica apenas por fatores estruturais e materiais, mas também por um processo de dominação cultural que impõe padrões externos e inibe a capacidade criativa e produtiva das economias periféricas (Furtado, 2003).

Essa visão dialoga com Bourdieu (1996), que entende a cultura como um campo de disputas simbólicas que influenciam diretamente a distribuição do capital econômico e social. Geertz (1989), entende a cultura como um sistema de significados compartilhados que moldam a ação econômica dos indivíduos.

A relação entre cultura e desenvolvimento econômico, segundo Furtado (2003), é especialmente evidente na forma como os países periféricos constroem seus modelos produtivos. Ele argumentava que o subdesenvolvimento não é apenas um estágio econômico inferior, mas um processo historicamente construído, no qual a cultura desempenha um papel determinante ao influenciar padrões de



consumo, mentalidades e modelos de desenvolvimento.

A industrialização nos países latino-americanos ocorreu de maneira dependente, reproduzindo padrões de consumo das nações centrais sem que houvesse uma estrutura produtiva interna capaz de sustentá-los (Furtado, 2000). Essa dinâmica cria uma economia voltada para atender demandas externas, gerando um ciclo de dependência que impede a afirmação de um modelo autônomo de desenvolvimento.

Os impactos desse processo são evidentes em diversas áreas, como na indústria cultural e na economia criativa. Para Furtado (2008), a difusão de bens culturais estrangeiros impõe padrões de comportamento e consumo que desestruturam as culturas locais, enfraquecendo a capacidade dos países periféricos de desenvolverem suas próprias indústrias culturais. Esse fenômeno é analisado também por teóricos como Adorno e Horkheimer (1985), que discutem a padronização cultural imposta pela indústria cultural e seus efeitos sobre a autonomia criativa das sociedades.

No contexto latino-americano, Martín-Barbero (2003), reforça essa perspectiva ao demonstrar como a globalização intensificou a imposição de valores culturais externos, dificultando a afirmação de identidades nacionais autênticas.

A cultura, para Furtado, não deve estar retraída a um reflexo da economia, mas um elemento estruturante da identidade nacional e, por conseguinte, um fator essencial para o desenvolvimento. Ele defende que o subdesenvolvimento não pode ser superado apenas por meio de reformas econômicas, mas exige um processo de reconstrução cultural que valorize as tradições locais e fortaleça a criatividade nacional (Furtado, 1984).

O desenvolvimento econômico sustentável é alcançado quando há um fortalecimento da cultura como vetor de inovação e resistência às forças homogeneizadoras do capitalismo global (Furtado, 1984). Essa ideia está alinhada com a visão de Sen (2010), onde o desenvolvimento deve ser compreendido para além do crescimento econômico, envolvendo a ampliação das capacidades humanas e da liberdade cultural.

A relação entre cultura e identidade nacional é especialmente relevante no pensamento de Furtado explicando porque certos modelos de desenvolvimento falham ao serem transplantados de um contexto para outro. Para ele, cada sociedade possui um conjunto único de valores, práticas e aspirações que moldam seu desenvolvimento econômico, e qualquer estratégia de crescimento que ignore essa dimensão está fadada ao fracasso (Furtado, 2003). Essa visão dialoga com os estudos de Hobsbawm (1990), que analisa como as tradições culturais são construídas e manipuladas para servir a determinados interesses econômicos e políticos.

No contexto brasileiro, Ribeiro (1995), reforça essa perspectiva ao demonstrar como a identidade cultural do país foi moldada por um processo histórico de miscigenação e resistência, influenciando diretamente sua trajetória econômica.

Para superar a dependência econômica e afirmar um modelo de desenvolvimento autônomo, Furtado defende a necessidade de políticas públicas que integrem a cultura ao planejamento econômico. Ele propõe que os países periféricos invistam na valorização de suas indústrias culturais e na promoção de uma economia criativa capaz de gerar riqueza a partir das tradições e da diversidade local (Furtado, 2008).

O argumento de Furtado (2008), aproxima-se das reflexões de Throsby (2001), que analisa a cultura como um capital simbólico capaz de impulsionar o crescimento econômico e a inovação. Para Throsby, o investimento em setores culturais não deve ser visto como um custo, mas como uma estratégia de desenvolvimento sustentável que gera impactos positivos em diversas áreas da economia.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cultura desempenha um papel central no pensamento de Celso Furtado, sendo compreendida como um reflexo do desenvolvimento econômico e como um elemento estruturante que influencia a trajetória das sociedades. Ao longo deste estudo, analisou-se como Furtado insere a cultura no cerne da economia, destacando sua relação com o subdesenvolvimento, a dependência econômica e a identidade nacional.

Diferentemente das abordagens tradicionais que reduzem a cultura a um componente secundário, Furtado argumenta que ela molda padrões produtivos, define aspirações sociais e impacta na estruturação dos mercados, sendo, fator determinante para o desenvolvimento. A visão crítica de Furtado acerca da industrialização dependente e da reprodução de modelos econômicos externos reforça a necessidade de estratégias de crescimento valorizando os elementos culturais de cada sociedade.

Este estudo contribui na compreensão do papel da cultura na economia ao resgatar e aprofundar as reflexões de Celso Furtado e outros autores, inserindo-as no contexto contemporâneo da globalização e da economia digital. A cultura influencia diretamente a organização produtiva e as dinâmicas de mercado, sendo um vetor essencial para a construção de um modelo de desenvolvimento mais autônomo e sustentável. Portanto, as reflexões aqui apresentadas ampliam o escopo de aplicação do pensamento do autor, demonstrando sua relevância para os desafios atuais da sociedade contemporânea.



Ao lado disso, futuras pesquisas podem explorar a relação entre cultura e inovação, cultura e tecnologias da informação, analisando como as políticas públicas baseadas na valorização cultural podem contribuir para o desenvolvimento econômico sustentável. Outra vertente relevante diz respeito ao impacto das tecnologias da informação sobre a produção e o consumo cultural, um fenômeno que reconfigura as dinâmicas econômicas e desafia os modelos tradicionais de crescimento.

Em epítome, o contributo do pensamento de Celso Furtado sobre cultura transcende o contexto latino-americano e dialoga com questões globais, reforçando a necessidade de se repensar os modelos de desenvolvimento a partir da valorização da diversidade cultural e da criatividade.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BOURDIEU, P. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

CAVALCANTI, C. Meio ambiente, Celso Furtado e o desenvolvimento como falácia. **Revista de Administração Pública**, v. 37, n. 6, p. 1241-1255, 2003.

FLORIDA, R. **The rise of the creative class: and how it's transforming work, leisure, community and everyday life**. New York: Basic Books, 2002.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, C. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FURTADO, C. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FURTADO, C. **O capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FURTADO, C. **O capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FURTADO, C. **Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

FURTADO, C. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. São Paulo: Paz e Terra,

2008.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HOBSBAWM, E. **Nações e nacionalismo desde 1780**. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 1983.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RICARDO, D. **Princípios da economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SZMRECSÁNYI, Tomás. Celso Furtado: uma avaliação crítica. *Estudos Avançados*, v. 15, n. 43, p. 51-64, 2001.

SINGER, P. **Dominação e desigualdade**: estrutura de classes e repartição da renda no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SMITH, A. **A riqueza das nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1981.

TAVARES, M. C. **Ciclo e crise**: o movimento recente da industrialização brasileira. Campinas: UNICAMP, 1998.

THROSBY, D. **Economics and culture**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

WASQUES, R. N.. O pensamento de Celso Furtado sobre Estado e planejamento. **Rev. Inst. Est. Bras.**, n. 78, p. 156-181, 2021.

ZUKIN, S. **The cultures of cities**. Cambridge: Blackwell, 1995.



2

O PAPEL DA CULTURA NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: ANÁLISE ABREVIADA

*THE ROLE OF CULTURE IN ECONOMIC DEVELOPMENT: ABBREVIATED
ANALYSIS*



RESUMO

Objetivo de discutir a relação entre cultura e desenvolvimento econômico, analisando como as práticas culturais podem se tornar motores de crescimento e inovação. Trata-se de uma revisão bibliográfica, pesquisa qualitativa, caráter exploratório, em obras e estudos sobre a relação entre cultura e desenvolvimento econômico. A perspectiva econômica da cultura não implica sua mercantilização, mas sua valorização como elemento intrínseco na transformação de sociedades. As indústrias culturais globais (cinema, música e moda) exercem influência na economia mundial. Os contextos analisados revelam políticas públicas culturais estruturadas com potencial de transformar economias, preservar patrimônios e promover a inclusão social. A globalização cultural promove a circulação de bens culturais em escala mundial, muitas vezes resultando na imposição de padrões culturais globais sobre expressões locais. Conclui-se que entender a cultura pode ser uma força motriz do desenvolvimento econômico que ocorra de forma inclusiva, ética e comprometida com a preservação da riqueza cultural das comunidades.

Palavras-chave: Cultura; Economia; Desenvolvimento Socioeconômico; Mercantilização cultural.

ABSTRACT

The aim is to discuss the relationship between culture and economic development, analyzing how cultural practices can become drivers of growth and innovation. This is a bibliographic review, qualitative research, exploratory in nature, of works and studies on the relationship between culture and economic development. The economic perspective of culture does not imply its commodification, but its valorization as an intrinsic element in the transformation of societies. Global cultural industries (cinema, music and fashion) exert influence on the world economy. The contexts analyzed reveal structured cultural public policies with the potential to transform economies, preserve heritage and promote social inclusion. Cultural globalization promotes the circulation of cultural goods on a global scale, often resulting in the imposition of global cultural standards on local expressions. The conclusion is that understanding culture can be a driving force for economic development that occurs in an inclusive, ethical manner and committed to preserving the cultural wealth of communities.

Keywords: Culture; Economy; Socio-economic Development; Cultural commodification.



1 INTRODUÇÃO

A cultura desempenha um papel central no desenvolvimento das sociedades, transcende seu valor simbólico e adquire relevância econômica. Em um mundo cada vez mais globalizado e interconectado, as manifestações culturais não apenas preservam identidades locais, mas também se tornam alavancas estratégicas para o crescimento econômico, gerando emprego, renda e inovação.

Setores como a economia criativa, o turismo cultural e as indústrias culturais têm demonstrado sua capacidade de contribuir significativamente para o PIB de diversas nações. Nesse contexto, compreender a relação entre cultura e desenvolvimento econômico é essencial para fomentar políticas públicas e iniciativas que valorizem tanto o patrimônio cultural quanto o progresso econômico sustentável.

Este artigo é baseado em uma revisão bibliográfica, de caráter exploratório, com foco em obras e estudos que tratam da relação entre cultura e desenvolvimento econômico. Foram analisados livros, artigos acadêmicos, relatórios de organizações internacionais e exemplos práticos de políticas públicas culturais bem-sucedidas. Essa abordagem permitiu a identificação de padrões, desafios e oportunidades relacionadas ao tema. A metodologia qualitativa possibilita uma análise aprofundada e interpretativa, conectando perspectivas teóricas e dados empíricos.

A escolha de abordar o tema “cultura e desenvolvimento econômico” justifica-se pela crescente importância da cultura como elemento estratégico para o desenvolvimento sustentável. Em um momento em que as desigualdades econômicas e sociais são intensificadas em escala global, a valorização da cultura oferece alternativas inovadoras e inclusivas para o crescimento. Além disso, compreender essa relação contribui para a formulação de políticas públicas mais eficazes e para o fortalecimento de práticas que respeitem as diversidades locais. O tema ainda carece de estudos que conectem aspectos teóricos e práticos, o que reforça a relevância de trabalhos como este.

O presente artigo tem como objetivo discutir a relação entre cultura e desenvolvimento econômico, analisando como as práticas culturais podem se tornar motores de crescimento e inovação. Pretende-se, ainda, identificar os principais desafios e potencialidades associadas à incorporação da cultura no planejamento econômico, bem como oferecer reflexões que contribuam para uma maior valorização do patrimônio cultural e da economia criativa no cenário global.

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

2.1 CULTURA E O CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A cultura, no âmbito do desenvolvimento econômico, transcende sua definição tradicional como um conjunto de práticas, valores, símbolos e expressões artísticas de uma sociedade. Ela é reconhecida como um ativo estratégico, um recurso essencial para a geração de riqueza e bem-estar social (Throsby, 2001).

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2013), a cultura desempenha um papel dual: é tanto um motor de desenvolvimento econômico, ao estimular setores como as indústrias criativas e o turismo cultural, quanto um facilitador social, promovendo coesão, identidade e inovação. A perspectiva econômica da cultura não implica sua mercantilização, mas sim sua valorização como elemento intrínseco para a transformação das sociedades de maneira sustentável e inclusiva.

O desenvolvimento econômico é entendido como o processo de expansão das capacidades produtivas de uma economia, acompanhado pela melhoria das condições de vida da população. Ele é mensurado por indicadores como o Produto Interno Bruto (PIB), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a taxa de emprego e o nível de desigualdade (Sen, 1999).

No entanto, o desenvolvimento econômico contemporâneo reconhece a importância de fatores qualitativos, como a inclusão cultural e o impacto social das atividades econômicas. Conforme Sachs (2004), o desenvolvimento deve ser sustentável em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, sendo esta última frequentemente negligenciada, mas fundamental para o fortalecimento das demais.

A cultura é uma fonte essencial de inovação, um dos pilares do crescimento econômico sustentável. A criatividade, como elemento cultural, estimula novos modelos de negócios e produtos que dinamizam mercados e geram vantagens competitivas (Florida, 2002). O conceito de economia criativa, cunhado por Howkins (2001), exemplifica como a cultura pode ser monetizada sem perder sua essência, abrangendo setores como moda, *design*, cinema, música e *software*.

Além disso, a diversidade cultural estimula a inovação ao integrar diferentes perspectivas e saberes, resultando em soluções mais eficazes e inclusivas para os desafios econômicos (Hall, 1997). A sinergia entre cultura e economia também se manifesta na atração de investimentos e no fortalecimento do turismo, promovendo não apenas o crescimento econômico, mas também a preservação de identidades locais.



As indústrias culturais e criativas são hoje um dos setores de maior crescimento no mundo, gerando empregos e contribuindo para a redistribuição de renda, especialmente em economias em desenvolvimento (UNCTAD, 2010). O reconhecimento da cultura como vetor de inovação e desenvolvimento econômico reflete a necessidade de integrar políticas culturais às estratégias de crescimento econômico em nível global.

A cultura, no âmbito do desenvolvimento econômico, transcende sua definição tradicional como um conjunto de práticas, valores, símbolos e expressões artísticas de uma sociedade. Ela é reconhecida como um ativo estratégico, um recurso essencial para a geração de riqueza e bem-estar social (Throsby, 2001).

A perspectiva econômica da cultura não implica sua mercantilização, mas sim sua valorização como elemento intrínseco para a transformação de sociedades de maneira sustentável e inclusiva.

2.2 A INFLUÊNCIA DA CULTURA NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A cultura é um elemento-chave no desenvolvimento econômico contemporâneo, não apenas por seu valor intrínseco, mas como um recurso econômico estratégico.

A economia criativa, definida como o conjunto de atividades baseadas no capital intelectual e na criatividade, inclui setores como *design*, música, cinema, literatura, moda e tecnologia, e se consolidou como um dos motores econômicos mais dinâmicos do século XXI. Segundo Howkins (2001), a economia criativa representa uma interseção entre cultura, economia e tecnologia, criando novas formas de valor e inovação.

De um aspecto estruturante, aponta-se que a cultura está dividida em diferentes tipos, como a cultura material, que abrange bens tangíveis (artesanatos, arquitetura, produtos culturais), e a cultura imaterial, que inclui práticas, tradições, saberes, manifestações artísticas e linguísticas. Ambos os tipos possuem grande potencial de influência na economia local e global, especialmente quando se tornam recursos estratégicos para o desenvolvimento socioeconômico. Geertz (1989) argumenta que a cultura é um sistema de significados compartilhados que estrutura a vida em sociedade, podendo ser convertida em ativo econômico quando associada a setores como turismo e economia criativa.

O turismo cultural desempenha um papel significativo ao conectar o patrimônio cultural local com o mercado global. Os relatórios da UNESCO (2021) destacam que o turismo cultural não apenas promove o crescimento econômico, con-

tribuindo inclusive para a preservação do patrimônio histórico e a valorização da identidade local. Já as indústrias culturais, como editoras, produtoras de cinema e distribuidoras de conteúdo digital, geram emprego e renda em escala global. Essas indústrias, segundo Throsby (2001), funcionam como mediadoras entre a produção cultural e o consumo em massa, criando produtos com valor simbólico e econômico.

A integração da cultura ao mercado de trabalho resulta em mudanças significativas, incluindo a geração de empregos em setores criativos e a valorização de competências culturais. O relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), revela que as indústrias criativas empregam milhões de pessoas em todo o mundo, muitas vezes oferecendo oportunidades para jovens e mulheres em países em desenvolvimento (UNCTAD, 2022).

Ademais, a cultura estimula o empreendedorismo ao fomentar novos modelos de negócios baseados na criatividade e na inovação. Estudos de Florida (2002) sobre a “classe criativa”, evidenciam que as sociedades com maior diversidade cultural e valorização da criatividade tendem a ser mais inovadoras e economicamente dinâmicas. Essas dinâmicas culturais são particularmente visíveis em setores como *startups* de tecnologia, *design* e produção audiovisual, onde a mistura de culturas e ideias gera soluções únicas para desafios globais.

A diversidade cultural, entendida como a coexistência de diferentes valores, tradições e expressões culturais em uma sociedade, é um motor poderoso para a inovação econômica. A presença de múltiplas perspectivas e experiências em um ambiente culturalmente diverso estimula a criatividade e promove soluções inovadoras para problemas complexos. Para Sen (2000), a diversidade cultural é um recurso valioso que amplia as capacidades individuais e coletivas, fortalecendo o potencial econômico de uma sociedade.

Em contextos empresariais, o estudo de Hofstede (1991) mostra que organizações que abraçam a diversidade cultural frequentemente registram maior capacidade de adaptação às mudanças de mercado e maior competitividade global.

No nível macroeconômico, cidades globais como Londres, Nova York e Tóquio são exemplos de como a diversidade cultural impulsiona a criatividade, atraindo talentos e investimentos internacionais, o que resulta em um ciclo virtuoso de desenvolvimento econômico.

No âmbito local, a cultura influencia diretamente o fortalecimento das economias regionais, promovendo a geração de empregos e a circulação de renda. Festivais culturais, produção artesanal e gastronomia típica, por exemplo, são formas de capital cultural que fomentam mercados locais e atraem consumidores externos. Bourdieu (1986) destaca que o capital cultural tem papel central no desenvol-

vimento social e econômico, uma vez que agrega valor simbólico e econômico aos produtos e práticas culturais de uma comunidade.

No contexto global, a cultura é utilizada como uma ferramenta de *soft power*, conforme discutido por Nye (2004). As indústrias culturais globais, como cinema, música e moda, exercem grande influência na economia mundial, moldando tendências de consumo e promovendo a exportação de símbolos culturais.

No entanto, autores como Canclini (2003) e Hall (1997) alertam para os riscos de homogeneização cultural impostos pelo processo de globalização, que muitas vezes prioriza culturas hegemônicas em detrimento das expressões locais.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS, CULTURA E DESENVOLVIMENTO: BRASIL E MUNDO

As políticas públicas culturais têm desempenhado um papel relevante no desenvolvimento socioeconômico de diversas nações ao redor do mundo. A cultura, entendida como um recurso estratégico, possui potencial para gerar impacto econômico por meio da economia criativa, turismo cultural e valorização do patrimônio material e imaterial.

Países como França, Coreia do Sul e Brasil são exemplos de contextos em que a cultura foi integrada às estratégias de desenvolvimento econômico, demonstrando como políticas bem estruturadas podem alavancar o crescimento econômico e promover a inclusão social.

Na França, as políticas públicas culturais ocupam um lugar de destaque desde a segunda metade do século XX, especialmente, em 1959, com a criação do Ministério da Cultura. O país desenvolveu uma abordagem que conecta o turismo cultural e a preservação de seu patrimônio histórico ao desenvolvimento econômico. Segundo Throsby (2001), o investimento em bens culturais, como museus e monumentos históricos, promove a identidade nacional, gerando emprego e renda, atraindo bilhões de euros anualmente por meio do turismo.

Outro caso emblemático é a Coreia do Sul, que apostou na economia criativa como estratégia de desenvolvimento. O governo sul-coreano, com o suporte de políticas públicas específicas, impulsionou a chamada *Hallyu* (onda cultural coreana), abrangendo áreas como música, cinema, séries de TV e tecnologia. De acordo com Kim (2020), a indústria cultural coreana contribui diretamente para a economia do país, sendo responsável por um aumento significativo nas exportações culturais e no turismo.

Na Espanha, a cidade de Bilbao, ilustra como as políticas públicas culturais podem transformar uma região economicamente estagnada. O “Efeito Guggenheim”,

decorrente da inauguração do Museu Guggenheim Bilbao em 1997, revitalizou a cidade e aumentou o fluxo turístico, gerando impactos econômicos duradouros (Plaza, 2008).

No Brasil, apesar de desafios estruturais, iniciativas como a aprovação da Lei nº 8.313/1991 ou Lei Rouanet e o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) demonstraram resultados positivos no fomento à produção cultural (Rubim, 2010).

Segundo Rubim (2010), a Lei Rouanet viabilizou o financiamento de projetos culturais por meio de incentivos fiscais, promovendo maior acesso a bens culturais e fortalecendo setores como cinema, teatro e literatura. Um produto emblemático de política cultural no Brasil é o Carnaval, que, além de ser uma manifestação cultural de grande relevância simbólica, movimenta bilhões de reais na economia.

Conforme dados do Ministério do Turismo (2025), o Carnaval gera milhares de empregos temporários e atrai milhões de turistas nacionais e internacionais, evidenciando a interseção entre cultura e economia. A relação entre políticas públicas, cultura e desenvolvimento socioeconômico é marcada pela capacidade da cultura de impulsionar o crescimento econômico, reduzir desigualdades e fortalecer identidades locais.

A cultura deve ser vista como um ativo econômico, mas também como um fator que promove coesão social e sustentabilidade. No Brasil, no entanto, essa relação enfrenta desafios como a descontinuidade de políticas públicas e a desigualdade no acesso aos recursos culturais (Throsby, 2010).

Para superar essas barreiras, é essencial ampliar investimentos e implementar políticas que valorizem a diversidade cultural do país. Estudos indicam que iniciativas descentralizadas, como os Pontos de Cultura, podem ser consideradas caminhos para democratizar o acesso à cultura e fomentar o desenvolvimento local (Calabre, 2009).

Em âmbito global, experiências como a dos países nórdicos demonstram a importância de políticas integradas que conectem cultura, educação e economia. A Dinamarca, por exemplo, investe em programas de incentivo às indústrias criativas, promovendo inovação e competitividade econômica (Kurten, 2013).

Portanto, ao analisar os contextos nacionais e internacionais, é evidente que políticas públicas culturais bem estruturadas têm o potencial de transformar economias, preservar patrimônios e promover a inclusão social. Para alcançar tais resultados, é essencial que os gestores desenvolvam estratégias que integrem os valores culturais às prioridades econômicas e sociais.



2.4 A MERCANTILIZAÇÃO DA CULTURA E O IMPACTO GLOBAL

A mercantilização da cultura refere-se ao processo pelo qual bens e práticas culturais são transformados em produtos ou serviços comercializáveis, voltados prioritariamente para o consumo em massa e para o lucro. É um fenômeno que causa impacto na identidade cultural e nas relações sociais de comunidades, sociedades e países.

Nesse contexto, elementos culturais que anteriormente possuíam valor simbólico ou social passam a ser valorizados por seu potencial econômico, frequentemente desvinculados de seu significado original (Adorno; Horkheimer, 1985). Esse processo é amplamente impulsionado pelo capitalismo global e pela expansão da economia criativa, buscando explorar a cultura como um recurso econômico estratégico.

A globalização é um processo sem retrocesso, impactando diretamente em diversas áreas, mas especialmente na cultura em países do sistema capitalista.

Embora a mercantilização da cultura possa trazer benefícios econômicos, como o aumento da geração de renda e a valorização de indústrias culturais, ela também apresenta riscos significativos. Entre os mais notáveis está a perda de identidade cultural, que ocorre quando práticas ou símbolos culturais são apropriados, descontextualizados e moldados para atender às demandas do mercado global (Canclini, 2003).

Para Hall (1997), esse processo pode levar ao enfraquecimento das tradições locais e à homogeneização cultural, em que particularidades regionais são substituídas por padrões culturais globais. Além disso, a cultura é frequentemente tratada como uma mercadoria padronizada, ignorando sua diversidade e complexidade.

Do ponto de vista econômico, a mercantilização da cultura tem potencial para estimular o crescimento de setores como o turismo cultural e a economia criativa, contribuindo para a geração de emprego e renda. No entanto, a transformação da cultura em mercadoria pode gerar desigualdades, beneficiando grandes conglomerados culturais e marginalizando grupos menores, especialmente comunidades indígenas e tradicionais, que muitas vezes não conseguem competir no mercado globalizado (Geertz, 1989).

Ademais disso, conforme argumenta Robertson (1995), o desenvolvimento socioeconômico pode ser comprometido quando o foco na rentabilidade econômica supera o interesse em preservar e valorizar a autenticidade cultural. Essa dinâmica pode perpetuar uma exploração desigual, em que comunidades produtoras de cultura recebem pouco retorno financeiro enquanto grandes corporações lucram

com a comercialização de seus símbolos. Dessa forma, a mercantilização da cultura pode reproduzir desigualdades e dificultar um desenvolvimento sustentável que valorize tanto o capital econômico quanto o capital social.

Culturas locais frequentemente carregam características únicas que refletem histórias, valores e práticas específicas de determinada região ou comunidade. Em contraste, a globalização cultural tem promovido a circulação de bens culturais em escala mundial, muitas vezes resultando na imposição de padrões culturais globais sobre expressões locais. Enquanto isso, pode facilitar o acesso a culturas diferentes, também pode levar à homogeneização cultural, na qual práticas locais são substituídas por modelos globais padronizados (Robertson, 1995).

Essa tensão entre o local e o global é particularmente evidente em contextos em que as indústrias culturais globais, como cinema e música, dominam os mercados locais. Por exemplo, Canclini (2003), refere que *Hollywood* frequentemente ocupa grande parte do espaço midiático global, eclipsando produções culturais regionais. Por outro lado, movimentos de resistência, como o fortalecimento de mercados culturais alternativos, têm buscado reverter essa dinâmica, promovendo o consumo de produções locais e autênticas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A integração entre cultura e economia representa uma oportunidade estratégica para impulsionar o desenvolvimento sustentável, valorizando a diversidade cultural enquanto estimula a inovação, fortalece identidades locais e gera impactos positivos em setores como o turismo, a economia criativa e as indústrias culturais. Contudo, essa relação exige equilíbrio cuidadoso entre a exploração econômica e a preservação da autenticidade das práticas culturais.

Quando bem conduzida, a integração entre cultura e economia não apenas promove o crescimento econômico, mas também fortalece a coesão social, a inclusão e o senso de pertencimento comunitário. As políticas públicas devem ser elaboradas e voltadas para o fortalecimento das indústrias culturais locais, respeitando as especificidades e a originalidade das manifestações culturais.

Outrossim, configura-se essencial assegurar a participação ativa das comunidades locais em projetos que envolvam elementos culturais, evitando práticas que comprometam a autenticidade e que excluam os verdadeiros protagonistas das produções culturais.

O campo de estudo sobre a relação entre cultura e economia apresenta vastas possibilidades de pesquisa. As questões referentes aos impactos econômicos da economia criativa em diferentes contextos, os desafios éticos relacionados à mer-



cantilização cultural e os limites entre valorização econômica e apropriação cultural são temas urgentes que demandam maior atenção e pesquisa.

Com o aprofundamento dessas questões, será possível entender como a cultura pode ser uma força motriz do desenvolvimento econômico e assegurar que esse processo aconteça de forma inclusiva, ética e comprometida com a preservação da riqueza cultural das comunidades.

Destarte, a cultura se consolida não apenas como um elemento simbólico, mas como um pilar estratégico para o crescimento socioeconômico em escala local e global.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialectic of enlightenment**. Stanford: Stanford University Press, 1985.
- BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Carnaval de 2025 deve garantir R\$ 12 bilhões em faturamento e 32 mil empregos temporários, projeta CNC**. Brasília: Ministério do Turismo, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/carnaval-de-2025-deve-garantir-r-12-bilhoes-em-faturamento-e-32-mil-empregos-temporarios-projeta-cnc>. Acesso em 14 abr. 2025.
- CALABRE, L. **Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009.
- CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- FLORIDA, R. **The rise of the creative class: and how it's transforming work, leisure, community, and everyday life**. New York: Basic Books, 2002.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.
- HALL, S. **Representation: cultural representations and signifying Practices**. London: SAGE, 1997.
- HOFSTEDE, G. **Cultures and organizations: software of the mind**. New York: McGraw-Hill, 1991.
- HOWKINS, J. **The creative economy: how people make money from ideas**. London: Penguin, 2001.
- KIM, J. **The korean wave: cultural export and its impact on national branding**. Seoul: Routledge, 2020.

KURTEN, A. C. Fomento à inovação e impactos na Dinamarca. *In*: COSTA, M. A.; PICCHETTI, V. C. (org.). **Mundo afora**: políticas de incentivo à inovação. Brasília: , 2013p. 204-213.

NYE, J. S. **Soft power**: the means to success in world politics. New York: Public Affairs, 2004.

PLAZA, B. The Guggenheim-Bilbao museum effect: a decade of social and economic revitalization. **European Planning Studies**, v. 16, n. 10, p. 1411-1426, 2008.

ROBERTSON, R. **Globalization**: social theory and global culture. London: Sage, 1995.

RUBIM, A. A. C. **Políticas culturais no Brasil**: dos anos 1930 ao século XXI. São Paulo: Perspectiva, 2010.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SEN, A. **Development as freedom**. New York: Anchor Books, 2000.

THROSBY, D. **Economics and Culture**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

THROSBY, David. **The economics of cultural policy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

UN TRADE AND DEVELOPMENT - UNCTAD. **Creative economy report**. Geneva: United Nations, 2010.

UN TRADE AND DEVELOPMENT - UNCTAD. **Creative economy outlook 2022**: trends in international trade in creative industries. Geneva: United Nations Conference on Trade and Development, 2022.

UNESCO. **Creative economy report**: widening local development Pathways. Paris: UNESCO, 2013.

UNESCO. **Cultural tourism**: fostering inclusive growth and sustainable development. Paris: UNESCO, 2021.



3

O PAPEL DO JORNALISMO ECONÔMICO NA SOCIEDADE GLOBALIZADA

THE ROLE OF ECONOMIC JOURNALISM IN A GLOBALIZED SOCIETY



RESUMO

O objetivo de investigar o papel desempenhado pelo Jornalismo Econômico na sociedade globalizada, destacando sua importância para a disseminação de informações financeiras, sua influência na tomada de decisões individuais e coletivas, e os desafios que enfrenta no cenário atual. A metodologia de revisão bibliográfica, qualitativa, em artigos acadêmicos, livros e publicações jornalísticas. A transparência na divulgação de informações, a qualificação dos jornalistas e estratégias de combate à desinformação são importantes para que se mantenha sua relevância e credibilidade. É importante compreender a relação entre globalização, economia e comunicação para avaliar os desafios e oportunidades do jornalismo econômico na era digital. O jornalismo econômico necessita adotar práticas jornalísticas rigorosas, utilizando as novas tecnologias de maneira responsável e contribuindo na disseminação da educação financeira. Conclui-se que o Jornalismo Econômico é uma ferramenta para a compreensão das dinâmicas econômicas globais, precisam se adaptar constantemente às mudanças tecnológicas e sociais para manter sua relevância e credibilidade.

Palavras-chave: Jornalismo Econômico; Globalização; Notícias falsas; Inteligência artificial.

ABSTRACT

The objective is to investigate the role played by Economic Journalism in a globalized society, highlighting its importance in the dissemination of financial information, its influence on individual and collective decision-making, and the challenges it faces in the current scenario. The methodology used is a qualitative bibliographic review of academic articles, books, and journalistic publications. Transparency in the dissemination of information, the qualification of journalists, and strategies to combat disinformation are important to maintain its relevance and credibility. It is important to understand the relationship between globalization, economics, and communication in order to assess the challenges and opportunities of economic journalism in the digital age. Economic journalism needs to adopt rigorous journalistic practices, using new technologies responsibly and contributing to the dissemination of financial education. It is concluded that Economic Journalism is a tool for understanding global economic dynamics, and needs to constantly adapt to technological and social changes to maintain its relevance and credibility.

Keywords: Economic journalism; Globalization; Fake news; Artificial intelligence.



1 INTRODUÇÃO

O Jornalismo Econômico desempenha um papel fundamental na sociedade contemporânea, especialmente no contexto da globalização, em que os mercados estão cada vez mais interligados e as decisões financeiras tomadas em um país podem gerar repercussões significativas em diversas partes do mundo.

O avanço da tecnologia da informação, a intensificação do comércio internacional e a interdependência econômica entre as nações tornaram as informações sobre finanças, investimentos e políticas econômicas essenciais, não apenas para especialistas, mas também para empresas, governos e cidadãos comuns que buscam compreender as dinâmicas do cenário global.

Nesse sentido, o jornalismo econômico se destaca como um instrumento crucial para a disseminação do conhecimento sobre questões financeiras e econômicas, contribuindo para a transparência dos mercados, o aprimoramento das políticas públicas e a ampliação da educação financeira da população.

De forma breve, pode-se afirmar que o Jornalismo Econômico pode ser definido como um ramo do jornalismo especializado na cobertura de temas relacionados à economia, finanças, mercado financeiro, políticas fiscais e monetárias, além de outros assuntos que impactam a vida econômica da sociedade. O papel do Jornalismo Econômico avança para além da transmissão de informações, contextualizando, interpretando e analisando dados econômicos, permitindo que diferentes públicos, desde investidores até trabalhadores e consumidores, compreendam as tendências e riscos envolvidos em suas decisões.

Dessa forma, o Jornalismo Econômico não se limita a reportar números e índices financeiros, mas também se dedica a explicar fenômenos macroeconômicos e suas consequências para diferentes segmentos da sociedade.

Destarte, a relevância desse campo jornalístico tornou-se mais evidente nas últimas décadas, à medida que crises financeiras globais, variações cambiais abruptas, políticas de austeridade e a volatilidade dos mercados passaram a afetar diretamente o cotidiano das pessoas.

A crise financeira de 2008, por exemplo, demonstrou como a falta de transparência e compreensão dos mecanismos financeiros pode levar a colapsos econômicos de grande escala. Além disso, a pandemia da Covid-19, entre 2020 e 2021, evidenciou a necessidade de uma cobertura econômica responsável e acessível, pois medidas como pacotes de estímulo, fechamento de empresas e desemprego em massa tiveram um impacto significativo na vida da população global.

A abordagem deste artigo se justifica, portanto, pela crescente importância do

jornalismo econômico na era da globalização e pela necessidade de compreender seu papel na mediação entre os agentes econômicos e a sociedade.

A informação econômica de qualidade é essencial para a tomada de decisões informadas, tanto em nível individual quanto coletivo. Além disso, diante da propagação de desinformação e do fenômeno das *fake news*, que afeta o Jornalismo Econômico, torna-se imprescindível discutir os desafios enfrentados por essa área e os critérios que devem nortear uma cobertura jornalística responsável e transparente.

No entanto, entretanto em que desempenha uma função essencial, o Jornalismo Econômico enfrenta desafios significativos. Um dos principais problemas diz respeito à dificuldade de traduzir conteúdos complexos para um público amplo. Muitas vezes, os temas abordados envolvem terminologias técnicas, modelos estatísticos e conceitos financeiros que podem ser inacessíveis para grande parte da população. A questão da imparcialidade é outro ponto de debate, visto que a cobertura de eventos econômicos pode sofrer influência de interesses políticos e corporativos, comprometendo a objetividade da informação transmitida.

Ademais disso, a rapidez na disseminação das notícias em tempos de mídias digitais impõe uma pressão constante sobre os jornalistas econômicos, que precisam equilibrar agilidade com precisão na apuração dos fatos.

Diante desse cenário, este artigo tem como problemática central a seguinte questão: de que forma o Jornalismo Econômico pode contribuir para uma sociedade mais bem informada e preparada para lidar com as dinâmicas da economia globalizada?

A reflexão sobre esse questionamento buscou analisar as responsabilidades e os desafios enfrentados pelos profissionais da área, bem como a influência da mídia econômica na construção da percepção pública sobre temas financeiros e econômicos.

Para responder a essa problemática, a metodologia adotada baseia-se em uma revisão bibliográfica de literatura especializada sobre o tema. Serão analisados artigos acadêmicos, livros e publicações jornalísticas que discutem a função do jornalismo econômico, seu impacto na sociedade e os desafios enfrentados na cobertura de eventos financeiros.

O estudo incluiu uma investigação sobre como as novas tecnologias e o advento das mídias digitais influenciam a produção e o consumo de notícias econômicas. Além disso, foi abordada a questão da confiabilidade da informação, considerando a disseminação de *fake news* (notícias falsas) e a necessidade de um Jornalismo Econômico transparente e fundamentado em dados.

Posto isto, o objetivo deste artigo é investigar o papel desempenhado pelo Jor-



nalismo Econômico na sociedade globalizada, destacando sua importância para a disseminação de informações financeiras, sua influência na tomada de decisões individuais e coletivas, e os desafios que enfrenta no cenário atual.

Assim, pretendeu-se reforçar que a cobertura econômica pode contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes e críticos em relação aos temas financeiros e quais são os mecanismos necessários para garantir a qualidade e a credibilidade das informações divulgadas.

A par disso, buscou-se refletir sobre as tendências futuras do Jornalismo Econômico e os impactos das transformações tecnológicas na forma como as notícias são produzidas e consumidas.

Por conseguinte, este estudo apresenta uma visão ampla sobre a relevância do Jornalismo Econômico e sua interseção com os processos da globalização. Em um mundo cada vez mais conectado e dinâmico, a informação financeira confiável e acessível é um pilar para o funcionamento saudável da economia e da sociedade como um todo.

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

2.1 O JORNALISMO ECONÔMICO: CONCEITO E EVOLUÇÃO

O Jornalismo Econômico se configura em um dos ramos do jornalismo especializado que se dedica à cobertura de temas relacionados à economia, mercado financeiro, negócios, políticas públicas e aspectos socioeconômicos que impactam diretamente a vida da sociedade.

Diferentemente do jornalismo generalista, que abrange uma variedade de assuntos sem necessariamente aprofundar-se em especificidades técnicas, o Jornalismo Econômico exige um conhecimento aprofundado sobre conceitos financeiros, indicadores econômicos e tendências globais para que as informações transmitidas sejam compreensíveis e úteis para a população em geral.

Segundo Arbex (2018), o jornalismo econômico desempenha papel crucial na formação da opinião pública sobre questões financeiras e empresariais, servindo como intermediário entre os dados brutos e sua interpretação acessível e disponibilizada ao grande público.

Uma das principais características do jornalismo econômico é seu caráter analítico e explicativo. Enquanto o jornalismo político e policial frequentemente se baseia na narrativa de eventos e conflitos, o jornalismo econômico exige que o profissional tenha uma compreensão sólida de estatísticas, relatórios financeiros e análises de conjuntura para explicar fenômenos como inflação, variação cambial,

crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e oscilações do mercado de capitais.

Para Lopes (2019), a habilidade de contextualizar números e demonstrar suas implicações na vida cotidiana é um dos aspectos que diferenciam o bom jornalismo econômico da mera reprodução de dados financeiros. Além disso, esse ramo do jornalismo apresenta uma linguagem técnica que pode ser um desafio tanto para os profissionais da área quanto para o público leigo, o que exige uma abordagem pedagógica na produção da notícia.

No jornalismo econômico destaca-se sua relação com a transparência e a credibilidade das informações divulgadas. Diferentemente de outras áreas da cobertura jornalística, as notícias econômicas podem ter impacto direto na volatilidade dos mercados, influenciando decisões de investimento, políticas empresariais e até mesmo medidas governamentais.

Para Pinho (2020), a imparcialidade e a veracidade são princípios essenciais para que o jornalismo econômico cumpra sua função social sem gerar desinformação ou manipulação. No entanto, nem sempre essa isenção é observada, uma vez que veículos de comunicação podem estar vinculados a interesses empresariais e políticos que influenciam a forma como determinadas informações são apresentadas ao público.

A história do jornalismo econômico remonta aos primórdios da imprensa, quando os primeiros boletins comerciais começaram a ser publicados para fornecer informações sobre preços de mercadorias e oportunidades de negócio. Segundo Melo (2017), um dos primeiros registros de um veículo especializado em notícias econômicas foi o *The Wall Street Journal*, fundado nos Estados Unidos da América do Norte (EUA), em 1889, com o objetivo de cobrir o mercado financeiro e oferecer análises sobre a economia global.

No Brasil, a cobertura de economia ganhou destaque a partir da segunda metade do século XX, com a criação de cadernos específicos nos grandes jornais e, posteriormente, com o surgimento de veículos especializados como a revista *Exame* e o jornal *Valor Econômico* (Melo, 2017).

Com a intensificação do processo de globalização nas últimas décadas, o jornalismo econômico passou por uma transformação significativa, impulsionada pela revolução digital e pela crescente interconectividade entre os mercados.

A globalização aumentou a complexidade dos fenômenos econômicos, tornando essencial a atuação de jornalistas especializados na interpretação de dados financeiros e na explicação de eventos que afetam a economia mundial. Segundo Castells (2018), a ascensão da sociedade em rede intensificou a circulação de informações financeiras em tempo real, aumentando a demanda por análises precisas e contextualizadas.



Esse cenário fez com que veículos tradicionais do jornalismo econômico passassem a investir em plataformas digitais, permitindo uma cobertura mais dinâmica e acessível ao público. Um exemplo dessa adaptação foi a expansão das edições digitais de jornais como *The Financial Times* e *Bloomberg*, que incorporaram ferramentas interativas e gráficos dinâmicos para facilitar a compreensão de dados financeiros (Castells, 2018).

No Brasil, portais como *Infomoney* e Valor Econômico passaram a oferecer conteúdo multimídia, análises aprofundadas e newsletters especializadas para atender a um público cada vez mais interessado em economia e finanças pessoais. Conforme destaca Nassar (2021), a digitalização da informação econômica trouxe benefícios, como maior acessibilidade e velocidade na disseminação de notícias, mas também desafios, como a necessidade de verificar fontes e evitar a propagação de desinformação financeira.

Atualmente, o jornalismo econômico está presente em diversos veículos de comunicação, desde jornais impressos e revistas especializadas até plataformas digitais e programas de televisão. Alguns dos principais meios de comunicação voltados exclusivamente à cobertura econômica incluem *The Wall Street Journal*, *Financial Times* e *Bloomberg*, que possuem influência global na análise de mercados e na divulgação de tendências econômicas.

No Brasil, destacam-se o jornal Valor Econômico, a revista Exame e o portal *Infomoney*, que oferecem conteúdos especializados para investidores, empresários e interessados em economia. Lopes (2019) pontua que a popularização das redes sociais e de plataformas de *streaming* permitiu o surgimento de novos formatos de jornalismo econômico, como *podcasts* e canais no *YouTube* dedicados à análise de notícias financeiras.

Embora o jornalismo econômico tenha se consolidado como um dos segmentos mais influentes da imprensa, ele também enfrenta desafios significativos na era digital. Um dos principais problemas é a disseminação de informações falsas (*fake news*) e distorcidas, que podem causar pânico nos mercados e prejudicar a tomada de decisão de investidores e consumidores.

Segundo Silva (2022), a velocidade com que as informações circulam nas redes sociais aumenta o risco de propagação de boatos e análises tendenciosas, tornando essencial a atuação de jornalistas bem-preparados e comprometidos com a checagem rigorosa de dados. Além disso, a crescente influência de algoritmos na distribuição de notícias levanta questionamentos sobre a imparcialidade e a diversidade de fontes disponíveis para o público.

Diante desse cenário, é fundamental que o jornalismo econômico continue a evoluir, adaptando-se às novas demandas da sociedade globalizada sem perder

seu compromisso com a precisão e a ética.

A transparência na divulgação de informações, a qualificação dos jornalistas da área e o desenvolvimento de estratégias para combater a desinformação são aspectos essenciais para que esse ramo do jornalismo mantenha sua relevância e credibilidade.

Como destaca Souza (2023), o jornalismo econômico tem o potencial de empoderar a sociedade ao fornecer informações que permitam a melhor compreensão dos fenômenos financeiros, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes e preparados para lidar com as dinâmicas da economia global.

2.2 A GLOBALIZAÇÃO E SEUS IMPACTOS NA ECONOMIA E NA COMUNICAÇÃO

A globalização é um fenômeno complexo que envolve a crescente interconexão entre os países, impulsionada pela expansão do comércio, pela intensificação dos fluxos financeiros, pela integração das cadeias produtivas e pela disseminação acelerada de informações. Embora sua origem remonte a períodos históricos anteriores, a globalização contemporânea adquiriu características inéditas devido ao avanço das tecnologias da informação e à liberalização dos mercados.

De acordo com Giddens (1991, p. 64), a globalização pode ser definida como “a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são moldados por eventos ocorridos a muitos quilômetros de distância e vice-versa”. Dessa forma, o impacto da globalização na economia e na comunicação é inegável, alterando profundamente a maneira como os agentes econômicos e os cidadãos consomem e interpretam informações financeiras.

A dimensão econômica da globalização manifesta-se na ampliação dos mercados internacionais, na desregulamentação dos setores financeiros e na crescente interdependência das economias nacionais.

Na visão de Held e McGrew (2000) a globalização econômica resulta da interação entre três fatores principais: a expansão das corporações multinacionais, a liberalização do comércio e a revolução nas comunicações. Esse processo tem levado a uma interligação intensa entre mercados financeiros, de modo que crises econômicas e variações cambiais em um país podem rapidamente gerar efeitos em escala global.

Como aponta Stiglitz (2002), a interdependência econômica implica riscos, pois as políticas adotadas por grandes potências podem desencadear consequências adversas em nações periféricas, intensificando desigualdades estruturais e



aumentando a vulnerabilidade de economias emergentes.

Nesse contexto, a necessidade de informações econômicas se tornou uma demanda crescente. Com o aumento das transações financeiras globais e a volatilidade dos mercados, tanto governos quanto empresas e indivíduos passaram a depender mais da cobertura jornalística para orientar suas decisões (Giddens, 1991).

A imprensa econômica, que tradicionalmente tinha um público restrito de investidores e especialistas, ampliou sua atuação para alcançar um público mais diversificado. Segundo Castells (2009, p. 102), “o conhecimento econômico, antes restrito a pequenos círculos financeiros, passou a ser um insumo essencial para a sobrevivência de cidadãos em um mundo globalizado”.

A transparência na divulgação de dados econômicos tornou-se crucial para a estabilidade dos mercados, uma vez que rumores e desinformação podem gerar impactos imediatos no comportamento de investidores e consumidores.

O crescimento da globalização coincidiu com a revolução tecnológica, que transformou radicalmente os meios de comunicação. O surgimento da *internet* e o desenvolvimento de plataformas digitais permitem a disseminação instantânea de informações, alterando profundamente o modo como o jornalismo econômico opera. McQuail (2010) argumenta que a digitalização das mídias tornou o fluxo de notícias mais dinâmico e interativo, permitindo que qualquer indivíduo tenha acesso a dados financeiros em tempo real. Essa mudança beneficiou tanto os grandes investidores quanto os pequenos consumidores, que agora podem acompanhar índices de mercado, políticas monetárias e tendências econômicas com poucos cliques.

No entanto, a velocidade com que as informações circulam também trouxe desafios significativos. A *internet* facilitou o surgimento de fontes alternativas de informação, muitas das quais carecem de credibilidade ou precisão na apuração dos fatos. A proliferação de *fake news* e a manipulação de dados econômicos passaram a ser problemas recorrentes, especialmente em momentos de crise financeira ou instabilidade política.

Como apontam Wardle e Derakhshan (2017), a desinformação na economia pode levar a reações em cadeia nos mercados, impactando preços de ações, moedas e bens de consumo. Dessa forma, a responsabilidade do jornalismo econômico tornou-se ainda maior, exigindo maior rigor na checagem de fontes e no contexto das informações divulgadas.

A convergência digital modificou a relação entre os produtores e os consumidores de notícias econômicas (Jenkis, 2008). Com a ascensão das redes sociais e das plataformas de análise de dados, o público passou a desempenhar um papel mais ativo na disseminação de conteúdos financeiros.

Segundo Jenkins (2008), a cultura da participação na era digital permitiu que indivíduos não apenas consumissem, mas também produzissem informações, ampliando o espectro de vozes na discussão sobre economia. Isso, por um lado, democratizou o acesso ao conhecimento financeiro, mas, por outro, aumentou os riscos de desinformação e especulação sem fundamento técnico.

Além disso, a globalização e a digitalização dos meios de comunicação intensificaram o fenômeno da hiperconectividade financeira (Tett, 2009). Atualmente, os mercados operam em tempo integral, com bolsas de valores e transações financeiras acontecendo em diferentes fusos horários ao redor do mundo. Isso significa que eventos políticos, mudanças regulatórias ou crises inesperadas podem gerar reações imediatas em diversas partes do globo.

Para Tett (2009), a interligação dos mercados torna o papel do jornalismo econômico ainda mais relevante, pois cabe a ele interpretar os eventos de maneira contextualizada, evitando pânico desnecessário ou distorções na percepção do público.

Diante desse cenário, os veículos de comunicação especializados em economia precisaram se adaptar às novas exigências do público e às transformações tecnológicas. A personalização do conteúdo e o uso de inteligência artificial para análise de tendências passaram a ser diferenciais importantes para atrair leitores.

Recentemente, conforme aborda Waardle e Derakhshan (2017) e a partir do que se observa na atualidade, grandes empresas jornalísticas como *The Economist*, *Financial Times* e *Bloomberg* investiram pesadamente em plataformas digitais e análise de *big data* para oferecer *insights* aprofundados aos seus assinantes. Essa evolução reflete a necessidade de atender a um público cada vez mais exigente, que busca não apenas notícias, mas também análises estratégicas que possam orientar suas decisões financeiras e empresariais.

Stiglitz (2002) argumenta que o impacto da globalização na economia e na comunicação reforça a importância da transparência e da responsabilidade no jornalismo econômico. Em um mundo interconectado, no qual informações errôneas podem desencadear reações sistêmicas, a precisão e a imparcialidade da cobertura jornalística são elementos fundamentais para garantir a estabilidade dos mercados e a confiança dos cidadãos.

Assim, compreender a relação entre globalização, economia e comunicação é essencial para avaliar os desafios e oportunidades do jornalismo econômico na era digital.



2.3 O JORNALISMO ECONÔMICO NA SOCIEDADE GLOBALIZADA: TENDÊNCIAS E DESAFIOS

O jornalismo econômico não apenas reporta dados financeiros, mas também os analisa e contextualiza, permitindo que diferentes públicos compreendam as complexas relações econômicas que influenciam seu cotidiano. Segundo Melo (2020), a globalização transformou a forma como as informações econômicas são produzidas e consumidas, tornando essencial a mediação dos jornalistas na interpretação dos fenômenos econômicos globais.

A influência da mídia econômica na tomada de decisões empresariais e governamentais é inegável. De acordo com Sousa e Lima (2019), as reportagens e análises publicadas por veículos especializados desempenham um papel determinante na construção da percepção pública sobre a economia, podendo estimular e desencorajar investimentos, influenciar políticas públicas e moldar estratégias corporativas.

Em 2008, a crise financeira mereceu destaque e cobertura jornalística das falências bancárias e da instabilidade do mercado, contribuindo para a amplificação da incerteza e da volatilidade financeira global (Krugman, 2012). Dessa forma, o jornalismo econômico assume uma responsabilidade crucial na manutenção da estabilidade dos mercados, ao oferecer informações precisas e confiáveis para seus leitores.

O jornalismo econômico enfrenta desafios consideráveis, especialmente no que diz respeito à imparcialidade e ao risco de desinformação. Segundo Oliveira (2021), a propagação de *fake news* no setor econômico representa um grande perigo, uma vez que informações falsas ou imprecisas podem levar a decisões financeiras equivocadas, resultando em prejuízos tanto para investidores individuais quanto para empresas e governos.

Joseph Oughourlian, presidente do Grupo Prisa, destaca que a desinformação representa uma ameaça significativa para as democracias e para a transparência econômica, visto que muitos conteúdos enganosos são deliberadamente produzidos para manipular mercados e favorecer determinados interesses (El País, 2024). Nesse sentido, cabe ao jornalismo econômico adotar rigorosos padrões éticos e metodológicos para garantir a veracidade das informações divulgadas.

A era digital é outro ponto relevante a ser mencionado sobre o enfrentamento apresentado ao jornalismo econômico e a rapidez com que as notícias se propagam e a dificuldade de verificar a autenticidade das informações antes da publicação.

A tecnologia possibilita a criação de conteúdos falsos altamente sofisticados, como os *deepfakes* (falsidades profundas) que podem induzir o público ao erro e comprometer a credibilidade da mídia econômica. Isso exige que os jornalistas

econômicos estejam cada vez mais capacitados para verificar fontes, cruzar dados e utilizar ferramentas tecnológicas que possibilitem a checagem rigorosa das informações antes da divulgação (Prado, 2022).

A inteligência artificial (IA) também tem transformado o jornalismo econômico, trazendo tanto oportunidades quanto desafios. Algoritmos avançados são capazes de analisar grandes volumes de dados financeiros em tempo real, identificar padrões e prever tendências de mercado, o que pode aumentar a eficiência da cobertura jornalística (Castro, 2023).

A dependência excessiva de IA apresenta riscos, podendo gerar análises enviesadas e descontextualizadas, uma vez que os modelos algorítmicos nem sempre consideram nuances políticas, sociais e culturais dos fenômenos econômicos (Silva, 2022). Assim, é fundamental que os jornalistas combinem o uso das ferramentas tecnológicas com uma análise crítica e contextualizada dos dados financeiros.

A educação financeira do público desempenha um papel central na mitigação da desinformação e na promoção de uma sociedade economicamente mais consciente. Segundo Riva (2023), em um ambiente repleto de “dicas infalíveis” para enriquecimento rápido e promessas financeiras enganosas, a educação financeira se torna essencial para que os indivíduos desenvolvam um olhar crítico diante das informações econômicas disponíveis.

Os jornalistas econômicos têm, portanto, a responsabilidade de não apenas informar, mas também educar seu público, explicando conceitos financeiros de forma clara e acessível para que a sociedade possa tomar decisões mais seguras e fundamentadas.

Diante desse panorama, o jornalismo econômico na sociedade globalizada tem como natureza o seu desenvolvimento contínuo impulsionado por rápidas transformações tecnológicas, questões éticas e a constante ameaça da desinformação. Como apontam Santos e Almeida (2020), os jornalistas desempenham um papel essencial na interpretação e análise de fenômenos econômicos globais, influenciando diretamente as decisões empresariais e governamentais.

Para que o jornalismo econômico seja exercida de maneira eficaz é necessário a adoção de práticas jornalísticas rigorosas, que utilizem as novas tecnologias de maneira responsável e contribuam na disseminação da educação financeira. Somente assim será possível fortalecer a confiança na mídia econômica e promover uma sociedade informada e resiliente diante dos desafios econômicos contemporâneos.



3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, discutimos a importância do jornalismo econômico na interpretação e análise das tendências econômicas globais, destacando sua influência na tomada de decisões empresariais e governamentais. Além disso, apresentamos os desafios enfrentados pelos profissionais da área, como manter a imparcialidade, combater a desinformação e utilizar as novas tecnologias de comunicação.

Observa-se que a relevância do Jornalismo Econômico em um mundo globalizado é inquestionável. Em um cenário de interconectividade financeira, a crise de um país pode gerar repercussões imediatas em diversas partes do mundo, a precisão e a clareza das informações econômicas se tornam ainda mais importantes.

Para fortalecer o Jornalismo Econômico, algumas medidas são fundamentais, tais como: os jornalistas econômicos precisam aprimorar as habilidades de análise e interpretação de dados financeiros, reduzir a dependência de fontes governamentais e empresariais, que muitas vezes podem apresentar vieses estratégicas. A adoção de tecnologias de verificação da informação, como ferramentas de *fact-checking* e inteligência artificial auxiliam no combate à desinformação e ao fortalecimento da confiabilidade das notícias econômicas.

Em epítome, o Jornalismo Econômico é uma ferramenta indispensável para a compreensão das dinâmicas econômicas globais, mas precisam se adaptar constantemente às mudanças tecnológicas e sociais para manter sua relevância e credibilidade. Assim, será possível enfrentar os reptos da globalização e promover uma comunicação econômica responsável e acessível.

REFERÊNCIAS

- ARBEX, J. **Jornalismo e poder econômico**. São Paulo: Contexto, 2018.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede: a era da informação**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.
- CASTRO, M. **Jornalismo e inteligência artificial: desafios e oportunidades na era digital**. São Paulo: Editora Futura, 2023.
- EL PAÍS. Joseph Oughourlian alerta contra la “grave amenaza” de la desinformación. **elpais**, Barcelona, 2024. Disponível em: <https://elpais.com/internacional/2024-10-14/joseph-oughourlian-alerta-contr-la-grave-amenaza-de-la-desinformacion.html>. Acesso em: 30 mar. 2025.
- GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.
- HELD, D.; MCGREW, A. **Globalization/anti-globalization: beyond the great divide**.

Cambridge: Polity Press, 2000.

JENKINS, H. **Convergence culture**: where old and new media collide. New York: NYU Press, 2008.

KRUGMAN, P. **A crise de 2008 e o futuro da economia global**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LOPES, C. E. **Jornalismo econômico**: fundamentos e desafios. Rio de Janeiro: Mauad, 2019.

MCQUAIL, D. **McQuail's mass communication theory**. 6. ed. London: Sage Publications, 2010.

MELO, J. **A história do jornalismo econômico**. Porto Alegre: Sulina, 2017.

NASSAR, P. **Comunicação corporativa e jornalismo econômico na era digital**. São Paulo: Atlas, 2021.

OLIVEIRA, T. **Fake news e economia**: como a desinformação impacta os mercados. Brasília: UnB, 2021.

PINHO, R. *Ética e credibilidade no jornalismo econômico*. Florianópolis: Insular, 2020.

PRADO, M. **Como inteligência artificial, deepfakes e agências de checagem atuam na arena da desinformação**. São Paulo: Jornal da USP, 2022. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/como-inteligencia-artificial-deepfakes-e-agencias-de-checagem-atuam-na-arena-da-desinformacao/>. Acesso em: 30 mar. 2025.

RIVA, G. Com tanta fake news, como se informar sobre finanças e investimentos? **economia.uol**, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/mais/pagbank/2023/10/15/educacao-financeira-desinformacao-solucoes.htm>. Acesso em: 30 mar. 2025.

SANTOS, L.; ALMEIDA, P. **Jornalismo econômico e globalização**: desafios para a informação financeira. Curitiba: Editora UFPR, 2020.

SILVA, C. **Algoritmos e o viés da informação financeira**: desafios éticos no uso de inteligência artificial. Porto Alegre: Ed. Universitária, 2022.

SILVA, F. **Fake news e o impacto da desinformação na economia**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2022.

SOUSA, R.; LIMA, V. O impacto da mídia econômica nas decisões empresariais. **Revista Brasileira de Comunicação**, v. 15, n. 2, p. 45-67, 2019.

SOUZA, M. **O futuro do jornalismo econômico na era digital**. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

STIGLITZ, J. **Globalization and its discontents**. New York: W. W. Norton & Company, 2002.

TETT, G. **Fool's Gold**: how the bold dream of a small tribe at J.P. Morgan was corrupted by Wall Street greed and unleashed a catastrophe. London: Little, Brown, 2009.



WARDLE, C.; DERA KHSHAN, H. **Information disorder:** toward an interdisciplinary framework for research and policy making. Strasbourg: Council of Europe, 2017.

Dando continuidade às reflexões iniciadas no volume anterior, Estudos Econômicos II aprofunda o debate sobre os desafios e transformações do cenário econômico global. Reunindo ensaios que transitam entre a teoria clássica e abordagens contemporâneas, a obra propõe uma análise crítica das políticas econômicas e de seus efeitos sobre as desigualdades, os mercados e as instituições. Com forte apelo interdisciplinar, os textos exploram conexões entre economia, política, sociedade e tecnologia. O livro destaca ainda o papel da inovação e das crises recentes na reconfiguração das dinâmicas econômicas. Sem pretender esgotar os temas, convida o leitor à reflexão e ao pensamento crítico. É uma leitura provocativa e plural, voltada àqueles que buscam compreender e transformar a realidade econômica atual.

